

Spide
Crônica de um genocídio anunciado
12 SET 1995

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

ESTADO DE SÃO PAULO



**Mortalidade
infantil que
caía 20%
pelo menos, a
cada 4 anos,
está subindo**

da.

O pagamento por fora, que os pacientes são obrigados a efetuar para serem atendidos nos hospitais contratados, conveniados e mesmo públicos, é um peculato (porque o usuário já pagou pelo atendimento nas suas contribuições previdenciárias) que está se tornando uma prática tão prevalente que se pensa cínicamente em institucionalizá-lo. É verdade que o governo usa mal o dinheiro do contribuinte e paga mal os médicos e hospitais; estes,

entretanto, ao invés de pressionarem o governo, abusam do mais fraco, na hora mais cruel — a da doença, na porta do hospital. O sistema, salvo exceções, virou um grande e mal-organizado pronto-socorro. Ações de medicina preventiva nesse M.A.S.H. vietnamita perverso nem são cogitadas. Pela primeira vez na história deste País, não se fez, no mês de maio, a polivacinação. É um crime! A imprensa nada diz. A Ceme, há muito tempo, abdicou suas funções de estabelecer uma política de medicamentos para praticar aquela mais "lucrativa" de comprá-los, frequentemente com sobrepreço e distribuí-los com atraso. Os remédios, que estão caríssimos, se usassem a denominação genérica, obedecendo ao Decreto nº 793 de abril de 93 e às recomendações da OMS, teriam o seu preço reduzido o suficiente para torná-los acessíveis e a prescrição mais segura, mas isso precisou ser "esquecido" pelas pressões dos laboratórios farmacêuticos multinacionais.

A solução exige um gerenciamento eficiente, honesto e descentralizado dos hospitais e demais unidades de saúde com seus recursos humanos (ambos em número mais que suficiente), organizando os sistemas locais (municipais ou em áreas de grandes municípios) para desburocratizar, gerenciar melhor e gerar controle social. A regionalização, referência e contra-referência e as ações de diferentes complexidades nos diferentes níveis do sistema são necessários para otimizar recursos e integrar ações, permitindo ao usuário desprovido de poder usar o sistema. Essas medidas, no seu conjunto, caracterizariam um Sistema de Saúde, que atenderia a maioria da população necessitada, utilizando as verbas existentes sem interesse de lucro, mas de resultados concretos de saúde que seriam, dessa forma, multiplicados, usando-se os mesmos recursos existentes. Com alguma dose de coragem e criatividade, o sistema seria reorganizado, obedecendo a Constituição e usando exemplos de alguns Estados que o fizeram, de 1987 a 1991, com ótimos resultados, mas, propositalmente, ignorados, por não fazerem parte dessa cartilha liberal, neocolonial em implantação no País, apesar de completamente distinta da que é seguida nos países liberais desenvolvidos onde, segundo Hobsbawm, "grande parte da renda dos cidadãos vem dos pagamentos de transferências, ou seja, previdência, educação, saúde, etc. e com tendência a crescer". Mas, claro, há o liberal dos ricos e o liberal dos pobres e dependentes. E, mesmo nesses últimos, aqueles que estão saindo do subdesenvolvimento têm, para compensar os duros ajustes econômicos, políticas sociais compensatórias, viáveis e inteligentes para as quais,

mais do que dinheiro, há necessidade de criatividade, muito trabalho e coragem para contrariar interesses.

Por não implementar essas medidas, podem voltar a morrer 300 crianças/ano por sarampo em São Paulo (cuja morte tinham sido erradicadas pela polivacinação), mil mulheres que deixaram de morrer a cada ano, pela prevenção de câncer de colo, e a mortalidade infantil que caía 20% pelo menos, a cada 4 anos, está estacionária há três e hoje, começando a subir, significando cerca de 7 mil mortes/ano não evitadas. Com três pequenos exemplos, só em São Paulo, podem estar sendo assassinadas 8.300 pessoas por ano. Vários outros milhares seriam acrescidos se me referisse à não prevenção de hipertensão, diabetes, acidentes e vários outros tipos de neoplasias.

Parece-me injusto que se discuta pena de morte para quem mata uma pessoa e que se absolva coletivamente e com aplausos uma proposta de governo que vem provocando, há alguns anos, um genocídio em busca da globalização da economia, que pressupõe a privatização da saúde, que terá tanto mais apoio quanto pior for o sistema atual. Daí uma das razões do caos que vem sendo determinado desde 1991 pelo desrespeito à Constituição de 88 mas, cínica e paradoxalmente, culpando-a, para justificar a mudança desejada. Tudo isso nos põe, para dizer pouco, entre Kafka e a dialética do absurdo, enquanto brasileiros vão morrendo.

■ José Aristodemo Pinotti, professor-titular de Ginecologia da USP, assessor da OMS, é deputado federal (PMDB-SP), foi secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo

Nesse jogo macabro que o governo exercita ao fazer com que o desntrido fique feliz passando fome e conança-se de que é saudvel ter baixo peso, encontram-se vrias idias ilusrias, como a da flexibilizao, globalizao da economia, modernidade que, ao lado da inflao artificialmente controlada e do silncio da mdia, vao mantendo os cidads quietos e desinformados enquanto lhes tiram o ptrimnio, o slrio, o emprego, a aposentadoria e a possibilidade de usufruir (por direito) de um sistema de sade eficiente e humano. Aqui o eufemismo a CMF e a crena de que tudo se resume em conseguir mais dinheiro. Um ministro srio e competente na rea mdica foi obrigado a transformar-se num cruzado-financeiro e o Santo Graal salvar o Pas.

Enquanto se espera, paga-se pouco e com atraso os hospitais contratados, que se vem "obrigados a fraudar" e o governo fecha os olhos (quando se oficializa a fraude, ningum a coloca nos limites da tica). Pior que a fraude no faturamento — que no se resolve com computadores facilmente ludibriaveis — e o fato de que os hospitais contratados acabam internando os casos que no do prejuzo e so, quase sempre, os menos necessrios. Os pacientes realmente necessitados pela gravidade da sua doena so enviados para a rede pblica, que est abandonada e sucutada, pois quase todo o recurso vai para a rea privada contrata-